

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos este número especial da Revista *Tempus-Actas em Saúde Coletiva* sobre Humanização ao Parto e Nascimento. A publicação está sendo lançada por ocasião da III Conferência Internacional sobre Humanização do Parto e Nascimento, realizada em Brasília entre os dias 26 e 30 de novembro de 2010.

Este número representa o esforço de um trabalho conjunto e sistematizado entre academia, movimentos sociais, e profissionais de saúde a fim de resgatar o processo da gestação, parto e nascimento como eventos sociais, culturais e existenciais com profundas implicações na autonomia das mulheres, no bem-estar dos bebês, na participação de mulheres e homens, nas práticas obstétricas e nas políticas de saúde.

Os primeiros artigos trazem reflexões teóricas sobre a mudança necessária de paradigmas, sejam os vinculados às formas de nascer e seu atendimento, o que está estreitamente relacionado com o sentido atual da nossa condição humana, seja nos paradigmas referentes às práticas interprofissionais. Em seguida, mostram-se análises das diversas políticas implementadas e de que forma influenciaram as práticas dos serviços de saúde voltadas para o bem-estar das mulheres, dos seus bebês e dos seus parceiros. Há experiências bem-sucedidas, mostrando que com vontade política, conhecimento e disposição é possível modificar a realidade dos serviços e portanto ter impacto nos determinantes da morbidade e mortalidade perinatal. E o conjunto de artigos que finaliza a revista mostra o compromisso desses ativistas, nacionais e internacionais, com as mudanças que são tão necessárias para o futuro da humanidade.

O ano 2011 deve constituir-se em um momento de consolidação dos esforços realizados pelos diversos atores envolvidos

nessa temática, pesquisadores, profissionais de saúde e movimentos sociais. Os resultados sobre atenção obstétrica publicados no Relatório Saúde Brasil 2009 demonstram os desafios que ainda devem ser alcançados. Há um aumento na proporção de gestantes que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal, passando de 44% a 56%, porém permanecem as desigualdades entre as mulheres brancas, negras e indígenas. No que diz respeito à proporção de partos cesáreos continua a linha ascendente entre 2000 a 2007, de 38% a 47% do total de partos, com variações regionais importantes, assim como, importante aumento do baixo peso em nascidos por parto cirúrgico, de 7,7% a 8,6%. Ambos achados podem ser considerados inaceitáveis, quando contrastados com as evidências que apontam os riscos das cesáreas desnecessárias.

Diante dessa realidade complexa, esperamos que as reflexões e as experiências apresentadas neste número possam ser multiplicadas para a melhoria das condições de assistência e da qualidade da atenção à maternidade e ao período neonatal no país.

Edgar Merchán Hamann
Maria Fátima de Sousa